

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Março/2017

TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 24ª REGIÃO

Concurso Público para provimento de cargos

**Analista Judiciário
Área Administrativa**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'A01', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVAConhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva-Redação**INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Conquistas começam com a decisão de tentar o primeiro passo.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.
 - contém a proposta e o espaço para o rascunho da Prova Discursiva-Redação.Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: A ● C D E
- Ler o que se pede na Prova Discursiva-Redação e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva-Redação será corrigido. Você deverá transcrever sua Prova Discursiva-Redação, a tinta, na folha apropriada.
- A duração da prova é de 4 horas para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva-Redação (rascunho e transcrição).
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: As questões de números 1 a 4 referem-se ao texto abaixo.

Houve um tempo em que eu comia um monte de coisas e não precisava contar nada para ninguém. Na civilização contemporânea, on-line, conectada o tempo todo, se não for registrado e postado, não aconteceu. Comeu, jantou, bebeu? Então, prove. Não está na rede? Então, não vale.

Não estou aqui desafiando lamúrias de dinossauro tecnológico. Pelo contrário: interajo com muita gente e publico ativamente fotos de minhas fornadas. A vida, hoje, é digital. Contudo, presumo que algumas coisas não precisam deixar de pertencer à esfera privada. Sendo tudo tão novo nessa área, ainda engatinhamos a respeito de uma etiqueta que equilibre a convivência entre câmeras, pratos, extroversão, intimidade.

Em meados da década passada, quando a cozinha espanhola de vanguarda ainda povoava os debates e as fantasias de muitos gourmets, fotografar pratos envolvia um dilema: devorar ou clicar? A criação saía da cozinha, muitas vezes verticalizada, comumente finalizada com esferas delicadas, espumas fugazes... O que fazer, capturá-la em seu melhor instante cenográfico, considerando luzes e sombras, e comê-la depois, já desfigurada, derretida, escorrida? Ou prová-la imediatamente, abrindo mão da imagem? Nunca tive dúvidas desse tipo (o que talvez faça de mim um bom comensal, mas um mau divulgador).

Fotos e quitutes tornaram-se indissociáveis, e acho que já estamos nos acostumando. Mas será que precisa acontecer durante todo o repasto? Não dá para fazer só na chegada do prato e depois comer sossegado, à maneira analógica? Provavelmente não: há o tratamento da imagem, a publicação, os comentários, as discussões, a contabilidade das curtidas. Reconheço que, talvez antiquadamente, ainda sinto desconforto em ver casais e famílias à mesa, nos salões, cada qual com seu smartphone, sem diálogos presenciais ou interações reais. A pizza esfria e perde o viço; mas a foto chega tinindo aos amigos de rede.

(Adaptado de: CAMARGO, Luiz Américo. **Comeu e não postou? Então, não valeu.** Disponível em: http://brasil.elpais.com/brasil/2017/01/09/opinion/1483977251_216185.html)

1. Depreende-se corretamente do texto que

- (A) as pessoas, hoje, preferem partilhar com os amigos os momentos que consideram mais importantes em seu cotidiano, o que justifica as fotos de refeições realizadas em família, já que o convívio familiar continua sendo valorizado, apesar da expansão do meio virtual.
- (B) o autor vê com desaprovação a postagem de fotos de pratos em redes sociais, motivo pelo qual prefere acessar a internet para a interação com pessoas com as quais partilha desse mesmo sentimento, já que tem consciência de que não será ouvido pela maior parte das pessoas.
- (C) a experiência com a cozinha espanhola de vanguarda legou ao autor um olhar crítico para a apresentação estética dos pratos, o que fez com que ele aprendesse a conter sua ansiedade em degustá-los para antes fotografá-los em seu esplendor.
- (D) o hábito de fotografar os pratos, característico da sociedade contemporânea, deveria ser abandonado, na opinião do autor, na medida em que a falta de uma distinção clara entre vida pessoal e profissional tem prejudicado a rotina de amantes da gastronomia.
- (E) o autor, embora não desaprove integralmente o uso das redes sociais para a postagem de fotos das refeições, considera necessário que se imponha um limite para isso, a fim de se preservar não apenas a apreciação do prato como também a interação presencial.

2. Percebe-se uma relação de causa e efeito, nessa ordem, entre as orações na seguinte passagem do texto:

- (A) *Na civilização contemporânea, on-line, conectada o tempo todo, se não for registrado e postado, não aconteceu.* (1º parágrafo)
- (B) *Sendo tudo tão novo nessa área, ainda engatinhamos a respeito de uma etiqueta que equilibre a convivência entre câmeras, pratos, extroversão, intimidade.* (2º parágrafo)
- (C) *Houve um tempo em que eu comia um monte de coisas e não precisava contar nada para ninguém.* (1º parágrafo)
- (D) *Reconheço que, talvez antiquadamente, ainda sinto desconforto em ver casais e famílias à mesa, nos salões, cada qual com seu smartphone, sem diálogos presenciais ou interações reais.* (4º parágrafo)
- (E) *Contudo, presumo que algumas coisas não precisam deixar de pertencer à esfera privada.* (2º parágrafo)

3. A construção que pode ser reescrita com o verbo na voz passiva é:

- (A) *... a foto chega tinindo aos amigos...* (4º parágrafo)
- (B) *A criação saía da cozinha...* (3º parágrafo)
- (C) *... interajo com muita gente...* (2º parágrafo)
- (D) *... publico ativamente fotos de minhas fornadas...* (2º parágrafo)
- (E) *Não está na rede?* (1º parágrafo)



4. Está reescrito conforme a norma-padrão da língua e com o sentido preservado em linhas gerais o seguinte trecho do texto:
- (A) *Contudo, presumo que...* (2º parágrafo) / Porquanto, afirmo por conjectura que...
 - (B) *... acho que já estamos nos acostumando.* (4º parágrafo) / ... tenho a impressão que já tomamo-nos resignados.
 - (C) *... não precisava contar nada para ninguém.* (1º parágrafo) / ... não era impelido de me reportar à quem quer que fosse.
 - (D) *... ainda sinto desconforto em ver...* (4º parágrafo) / ... continuo a sentir-me incomodado ao testemunhar...
 - (E) *... fotografar pratos envolvia um dilema...* (3º parágrafo) / ... fotografar pratos abrangia-se de uma controvérsia...
-
5. Quanto à concordância padrão, está escrita corretamente a frase:
- (A) O homem sempre buscou capturar o instante em imagens, e isso nunca foi tão fácil quanto hoje, quando o ato de registrar se tornou mais importante que o próprio registro.
 - (B) Atualmente, constata-se muitas maneiras de compartilhar informação, mas nenhum meio de comunicação vem se mostrando tão poderoso quanto as redes sociais.
 - (C) Em meados da década passada, fotografar alimentos envolviam uma série de questionamentos que parecem não fazer mais sentido na sociedade dos dias de hoje.
 - (D) Em 2016, uma pesquisa com usuários da internet concluiu que algumas pessoas que postam excessivamente nas redes sociais o faz por necessidade de aprovação.
 - (E) Decidir entre devorar ou clicar têm perturbado aqueles que oscilam entre desfrutar o momento da refeição e partilhá-lo, ainda que a distância, com amigos e familiares.
-

Atenção: As questões de números 6 a 9 referem-se ao texto abaixo.

Muito antes de nos ensinarem e de aprendermos as regras de bom comportamento socialmente construídas e promovidas, e de sermos exortados a seguir certos padrões e nos abster de seguir outros, já estamos numa situação de escolha moral. Somos, por assim dizer, inevitavelmente – existencialmente –, seres morais: somos confrontados com o desafio do outro, o desafio da responsabilidade pelo outro, uma condição do ser-para.

Afirmar que a condição humana é moral antes de significar ou poder significar qualquer outra coisa representa que, muito antes de alguma autoridade nos dizer o que é “bem” e “mal” (e por vezes o que não é uma coisa nem outra), deparamo-nos com a escolha entre “bem” e “mal”. E a enfrentamos desde o primeiro momento do encontro com o outro. Isso, por sua vez, significa que, quer escolhamos quer não, enfrentamos nossas situações como problemas morais, e nossas opções de vida como dilemas morais.

Esse fato primordial de nosso ser no mundo, em primeiro lugar, como uma condição de escolha moral não promete uma vida alegre e despreocupada. Pelo contrário, torna nossa condição bastante desagradável. Enfrentar a escolha entre bem e mal significa encontrar-se em situação de ambivalência. Esta poderia ser uma preocupação relativamente menor, estivesse a ambiguidade de escolha limitada à preferência direta por bem ou mal, cada um definido de forma clara e inequívoca; limitada em particular à escolha entre atuar baseado na responsabilidade pelo outro ou desistir dessa ação – de novo com uma ideia bastante clara do que envolve “atuar baseado na responsabilidade”.

(Adaptado de: BAUMAN, Zygmunt. **Vida em fragmentos: sobre a ética pós-moderna**. Trad. Alexandre Werneck. Rio de Janeiro, Zahar, 2011, p. 11-12)

6. Uma afirmação em consonância com as ideias defendidas no texto está em:
- (A) Embora os resultados de uma escolha moral estejam sujeitos a fatores externos à intenção do ator, o esforço de se fazer o bem não é empreendido sem satisfação.
 - (B) Uma vez que as linhas divisórias entre bem e mal tenham sido previamente traçadas, a ação em prol do outro terá uma consequência facilmente mensurável.
 - (C) A responsabilidade pelo outro não apresenta limites óbvios, nem se traduz facilmente em medidas práticas a serem adotadas ou das quais se abster.
 - (D) Na medida em que o bem e o mal não são discerníveis em sua essência, as ações dos indivíduos devem se espelhar na conduta de figuras de autoridade.
 - (E) As incertezas estão na raiz dos problemas morais e a única receita infalível para a escolha correta são as regras de bom comportamento aprendidas na infância.
-



7. No que se refere ao sentido, duas expressões intercambiáveis, no texto, são:
- (A) *uma condição do ser-para* (1º parágrafo) e *atuar baseado na responsabilidade* (3º parágrafo).
 - (B) *desafio da responsabilidade pelo outro* (1º parágrafo) e *preocupação relativamente menor* (2º parágrafo).
 - (C) *somos confrontados com o desafio do outro* (1º parágrafo) e *alguma autoridade nos dizer o que é "bem" e "mal"* (2º parágrafo).
 - (D) *regras de bom comportamento* (1º parágrafo) e *nossas opções de vida* (2º parágrafo).
 - (E) *vida alegre e despreocupada* (3º parágrafo) e *situação de ambivalência* (3º parágrafo).
-
8. A alternativa que apresenta um comentário correto acerca da pontuação de um trecho do texto é:
- (A) em ... *muito antes de alguma autoridade nos dizer o que é "bem" e "mal" (e por vezes o que não é uma coisa nem outra)*... (2º parágrafo), os parênteses intercalam uma expressão que precisa o sentido do vocábulo *autoridade*.
 - (B) em *Somos [...] seres morais: somos confrontados com o desafio do outro, o desafio da responsabilidade pelo outro*... (1º parágrafo), os dois-pontos introduzem uma ressalva a uma afirmação de tom categórico.
 - (C) em *Somos, por assim dizer, inevitavelmente – existencialmente –, seres morais*... (1º parágrafo), os travessões são usados para dar ênfase a uma palavra que expressa circunstância de modo.
 - (D) em *Esse fato primordial de nosso ser no mundo, em primeiro lugar, como uma condição de escolha moral*... (3º parágrafo), as vírgulas destacam uma expressão com valor temporal, imprimindo no texto um tom de memória.
 - (E) em ... *uma ideia bastante clara do que envolve "atuar baseado na responsabilidade"*. (3º parágrafo), as aspas demarcam uma expressão empregada com teor irônico e que, portanto, relativiza o que foi exposto anteriormente.
-
9. *Esta poderia ser uma preocupação relativamente menor, estivesse a ambiguidade de escolha limitada à preferência direta por bem ou mal*... (3º parágrafo)

Ao reescrever-se o trecho acima com o verbo *poder* flexionado no futuro do presente do indicativo, a forma verbal "estivesse" deverá ser substituída, conforme a norma-padrão da língua, por

- (A) estar.
- (B) estará.
- (C) estiver.
- (D) está.
- (E) esteja.

Raciocínio Lógico-Matemático

10. Francisco verificou que havia x pastas em um diretório. Ele abriu $\frac{1}{3}$ dessas pastas, deixou as restantes fechadas e foi embora. Geraldo encontra as pastas como Francisco havia deixado, abre $\frac{5}{7}$ das pastas que ainda estavam fechadas e foi embora. Humberto observa a situação das pastas após a intervenção de Geraldo, fecha $\frac{7}{34}$ das pastas que encontrou abertas e abre metade das pastas que encontrou fechadas. Após a intervenção de Humberto, a fração, das x pastas, que ficaram abertas é igual a
- (A) $\frac{31}{42}$
 - (B) $\frac{5}{34}$
 - (C) $\frac{13}{21}$
 - (D) $\frac{15}{34}$
 - (E) $\frac{9}{21}$



11. Em determinada semana o preço do tomate é 80% do preço da batata. Na semana seguinte o preço da batata cai 48% e o preço do tomate sobe 30%. Nessa segunda situação, para que o preço da batata se iguale ao preço do tomate, ele deverá subir
- (A) 80%.
 - (B) 100%.
 - (C) 90%.
 - (D) 75%.
 - (E) 50%.
-
12. Uma afirmação que corresponda à negação lógica da afirmação: todos os programas foram limpos e nenhum vírus permaneceu, é:
- (A) Se pelo menos um programa não foi limpo, então algum vírus não permaneceu.
 - (B) Existe um programa que não foi limpo ou pelo menos um vírus permaneceu.
 - (C) Nenhum programa foi limpo e todos os vírus permaneceram.
 - (D) Alguns programas foram limpos ou algum vírus não permaneceu.
 - (E) Se algum vírus permaneceu, então nenhum programa foi limpos.
-
13. Um veículo trafegando a uma velocidade média de 75 km/h percorre determinada distância em 4 horas e 20 minutos. Se a sua velocidade média cair para 45 km/h, o tempo necessário para percorrer a mesma distância será acrescido de um valor que é
- (A) menor do que uma hora.
 - (B) maior que uma hora e menor que duas horas.
 - (C) maior que quatro horas.
 - (D) maior que três horas e menor que quatro horas.
 - (E) maior que duas horas e menor que três horas.
-

Noções sobre Direitos das Pessoas com Deficiência

14. A legislação mais moderna se refere à pessoa que tem “impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas”, como
- (A) deficiente.
 - (B) pessoa com deficiência.
 - (C) pessoa portadora de deficiência.
 - (D) pessoa portadora de necessidades especiais.
 - (E) excepcional.
-
15. De acordo com a legislação em vigor, qualquer atitude ou comportamento que dificulte ou impossibilite a expressão ou o recebimento de mensagens e de informações por intermédio de sistemas de comunicação e de tecnologia da informação, se amolda ao conceito de
- (A) desenho universal.
 - (B) tecnologia impeditiva.
 - (C) barreira nas comunicações e na informação.
 - (D) ineficiência técnica.
 - (E) acessibilidade.
-
16. Para fins de atendimento prioritário, é considerado idoso
- (A) o homem, a partir de 65 anos, e a mulher, a partir dos 60.
 - (B) tanto o homem como a mulher a partir de 65 anos.
 - (C) tanto o homem como a mulher a partir de 70 anos.
 - (D) o homem, a partir de 70 anos, e a mulher, a partir dos 60.
 - (E) tanto o homem como a mulher a partir de 60 anos.
-



Noções de Informática

17. É um conjunto de programas e técnicas que permite esconder e assegurar a presença de um invasor ou de outro código malicioso em um computador comprometido. Pode ser usado para: remover evidências em arquivos de logs; instalar outros códigos maliciosos, como backdoors, para assegurar o acesso futuro ao computador infectado; esconder atividades e informações, como arquivos, diretórios, processos, chaves de registro, conexões de rede etc.; mapear potenciais vulnerabilidades em outros computadores, por meio de varreduras na rede; capturar informações da rede onde o computador comprometido está localizado, pela interceptação de tráfego; dentre outras possibilidades. No entanto, seu nome não indica que os programas e as técnicas que o compõem são usadas para obter acesso privilegiado a um computador, mas sim para manter o acesso privilegiado.

(Disponível em: <http://cartilha.cert.br/malware/>)

O texto descreve um tipo de ameaça à segurança das informações conhecido como

- (A) *rootkit*.
(B) engenharia social.
(C) *wardriving*.
(D) *worm*.
(E) *bot*.
-
18. Um usuário deseja navegar na internet usando o Internet Explorer 11, em português, de forma a evitar que o navegador armazene dados da sua sessão de navegação, incluindo *cookies*, arquivos de internet temporários, histórico etc. Além disso, as barras de ferramentas e extensões também deverão ficar desabilitadas. Para isso, deve
- (A) excluir o Histórico de Navegação, pressionando as teclas Ctrl + Shift + Del.
(B) habilitar o modo Protegido, através da opção Redefinir as configurações do Internet Explorer.
(C) clicar em Nunca permitir sites da *web* que solicitem sua localização física, usando as Opções de Internet.
(D) acionar o modo Navegação InPrivate, pressionando as teclas Ctrl + Shift + P.
(E) clicar em Enviar caminho de URL como UTF-8, usando as Opções de Internet.

19. A Microsoft traz em uma de suas páginas da internet as funções do Microsoft Excel 2007, em português, mais utilizadas. Dentre estas funções estão as listadas abaixo.

- I. É usada para retornar um valor caso uma condição seja verdadeira e outro valor caso seja falsa.
II. É útil para localizar informações em linhas de uma tabela ou de um intervalo. Por exemplo, procurar pelo sobrenome de uma funcionária, por seu número de identificação ou encontrar seu telefone pesquisando seu sobrenome (como um catálogo de telefone).
III. É utilizada para selecionar um valor entre 254 valores que se baseie no número de índice. Por exemplo, se de valor1 até valor7 corresponder aos números da semana, a função retorna um dos dias quando um número entre 1 e 7 for usado como *núm_índice*.

Os nomes das funções listadas em I, II e III são, correta e respectivamente,

- (A) COND – PROC – ÍNDICE
(B) CASO – PROCURAR – CORRESP
(C) SE – PROCV – ESCOLHER
(D) SE – PROCURAR – ESCOLHER
(E) CASO – PROC – CORRESP
-
20. Quando uma pasta ou um arquivo é criado, o Windows 7, em português, atribui permissões padrão a esse objeto ou o criador pode atribuir permissões específicas. Ler é a permissão mínima necessária para exibir permissões efetivas. Para um usuário exibir permissões efetivas de arquivos e pastas, ele deve inicialmente

- Clicar com o botão direito do *mouse* no arquivo ou na pasta, clicar em Propriedades e clicar na guia^I .
– Clicar em^{II} .
– Na caixa de diálogo que se abre, clicar na guia Permissões Efetivas e fazer a seleção desejada.

As lacunas I e II são, correta e respectivamente, preenchidas com

- (A) Permissões – Avançadas
(B) Permissões – Permissões Especiais
(C) Geral – Permissões Especiais
(D) Permissões – Auditoria
(E) Segurança – Avançadas

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS****Direito Constitucional**

21. A associação dos metalúrgicos aposentados da cidade **X** está causando grande tumulto na cidade em razão das suas reivindicações e manifestações realizadas semanalmente na praça pública central. Assim, o Prefeito da cidade, através de Decreto, determinou que a associação será compulsoriamente dissolvida, devendo seus associados pagarem uma multa em caso de funcionamento após a data prevista para a sua dissolução. Neste caso, de acordo com a Constituição Federal,
- (A) o Prefeito agiu corretamente uma vez que as associações podem ser compulsoriamente dissolvidas por decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal quando praticarem atos ilegais ou perturbarem a ordem.
 - (B) a referida associação só poderá ser compulsoriamente dissolvida por decisão judicial transitada em julgado.
 - (C) a referida associação só poderá ser compulsoriamente dissolvida por decisão judicial, não sendo exigido o trânsito em julgado.
 - (D) o Prefeito agiu corretamente uma vez que as associações podem ser compulsoriamente dissolvidas, em qualquer hipótese, por decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, sendo permitida a aplicação de multa na hipótese narrada.
 - (E) o Prefeito agiu corretamente uma vez que as associações podem ser compulsoriamente dissolvidas mediante decreto do Chefe do Poder Executivo Municipal, sendo vedado, porém, a previsão de multa na hipótese narrada.
-
22. Simão e seus primos Silas, Moisés e Diego pretendem trabalhar na empresa **W** objetivando juntar recursos financeiros para uma viagem internacional quando completarem 15 anos de idade. Considerando que Simão possui quatorze anos e dois meses de idade, Silas possui treze anos, Moisés doze anos e Diego quatorze anos e seis meses de idade, de acordo com a Constituição Federal,
- (A) somente Simão, Silas e Diego podem exercer o trabalho, porém na condição de aprendiz.
 - (B) todos podem exercer o trabalho, mas Silas e Moisés só podem exercer na condição de aprendiz.
 - (C) somente Simão e Diego podem exercer o trabalho, porém na condição de aprendiz.
 - (D) somente Simão, Silas e Diego podem exercer o trabalho, porém Silas só pode exercer na condição de aprendiz.
 - (E) todos podem exercer o trabalho, mas Moisés só pode exercer na condição de aprendiz.
-
23. Cravo Carvalho, 50 anos de idade, é brasileiro naturalizado, brilhante advogado com seis livros publicados e mais de quinze anos de efetiva atividade profissional, com notável saber jurídico e reputação ilibada. De acordo com a Constituição Federal, Cravo Carvalho poderá ocupar cargo de
- (A) Ministro de Estado da Defesa.
 - (B) Oficial das Forças Armadas.
 - (C) Ministro do Supremo Tribunal Federal.
 - (D) Ministro do Superior Tribunal de Justiça.
 - (E) Presidente do Senado Federal.
-
24. Bibiana é casada com Mundial, Governador do Estado **X** e pretende se candidatar ao cargo de Prefeita da cidade **Y** pertencente ao Estado **X**. Fúlvio, irmão de Bibiana, titular de mandato eletivo, se candidatou à reeleição ao cargo de Deputado Estadual do referido Estado. De acordo com a Constituição Federal
- (A) Bibiana e Fúlvio são elegíveis, no território de jurisdição de Mundial.
 - (B) Bibiana e Fúlvio são inelegíveis, no território de jurisdição de Mundial.
 - (C) somente Fúlvio é inelegível, no território de jurisdição de Mundial.
 - (D) somente Bibiana é inelegível, no território de jurisdição de Mundial.
 - (E) Bibiana e Fúlvio são inelegíveis em todo o território nacional.
-
25. Meriva faz parte de um grupo de estudos que objetiva aprofundar o conhecimento sobre a Constituição Federal brasileira. Assim, atualmente, o grupo estuda o capítulo da Organização Político-Administrativa. Questionada pelo seu colega de estudos, Felício, sobre a competência para legislar sobre orçamento e legislar sobre direito processual, Meriva respondeu corretamente que a competência para legislar é
- (A) comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e privativa da União, respectivamente.
 - (B) concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal.
 - (C) comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.
 - (D) privativa da União.
 - (E) concorrente entre a União, os Estados e o Distrito Federal e privativa da União, respectivamente.



26. Considere os seguintes entes hipotéticos:

- I. Empresa Privada "F".
- II. Autarquia Estadual "G".
- III. Subsidiária da Sociedade de Economia Mista "K".
- IV. Sociedade "H" controlada indiretamente pelo poder público.
- V. Sociedade "M" controlada diretamente pelo poder público.

De acordo com a Constituição Federal, em regra, é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos. Esta proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange os entes indicados APENAS em

- (A) I, IV e V.
- (B) I, II e V.
- (C) I, III e IV.
- (D) III, IV e V.
- (E) II, III, IV e V.

27. Considere a seguinte situação hipotética: o Presidente da República praticou ato que configura infração penal comum. Neste caso, de acordo com a Constituição Federal, admitida a acusação contra o Presidente da República, por 2/3

- (A) da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Senado Federal.
- (B) da Câmara dos Deputados, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.
- (C) do Senado Federal, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.
- (D) do Superior Tribunal de Justiça, será ele submetido a julgamento perante o Supremo Tribunal Federal.
- (E) do Supremo Tribunal Federal, será ele submetido a julgamento perante o Senado Federal.

28. O Tribunal Superior do Trabalho é composto por Ministros, sendo que

- (A) 1/5 da sua composição é de advogados e membros do Ministério Público que atenderem os requisitos constitucionais, indicados em lista triplíce pelos órgãos de representação das respectivas classes.
- (B) 1/3 da sua composição é de advogados e membros do Ministério Público que atenderem os requisitos constitucionais, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.
- (C) não possui advogados em sua composição, havendo expressa vedação Constitucional neste sentido, bem como vedação em lei federal.
- (D) 1/5 da sua composição é de advogados e membros do Ministério Público que atenderem os requisitos constitucionais, indicados em lista sêxtupla pelos órgãos de representação das respectivas classes.
- (E) 1/3 da sua composição é de advogados e membros do Ministério Público que atenderem os requisitos constitucionais, indicados em lista triplíce pelos órgãos de representação das respectivas classes.

29. Glade almeja o cargo de Analista Judiciário – Área Administrativa do Tribunal Regional do Trabalho da 24^a Região. Assim, está estudando para prestar a prova do concurso público em questão. Dentre os tópicos estudados, Glade está com dúvidas a respeito da nomeação dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho e decide consultar sua colega de estudos, Minerva. As estudantes concluem corretamente que, de que acordo com a Constituição Federal, os Ministros do Tribunal Superior do Trabalho, serão nomeados pelo Presidente da República após aprovação

- (A) pela maioria simples do Congresso Nacional.
- (B) pela maioria simples do Senado Federal.
- (C) pela maioria absoluta do Congresso Nacional.
- (D) pela maioria absoluta do Senado Federal.
- (E) por 1/3 dos Ministros do Tribunal Superior do Trabalho.

30. Marta é juíza da X Vara do Trabalho de Campo Grande e almeja fazer parte da Composição de uma das Turmas do Tribunal Regional do Trabalho da 24^a Região. Segundo a Constituição Federal, os juízes do trabalho que fazem parte da composição dos Tribunais Regionais do Trabalho

- (A) são nomeados mediante promoção por antiguidade e merecimento, alternadamente.
- (B) devem possuir mais de trinta e cinco anos de idade.
- (C) devem possuir até, no máximo, sessenta e cinco anos de idade.
- (D) devem possuir, no mínimo, dez anos de efetiva atividade profissional.
- (E) são nomeados pelo Presidente do Tribunal Superior do Trabalho.

**Direito Administrativo**

31. Em importante julgamento proferido pelo Supremo Tribunal Federal, foi considerada inconstitucional lei que destinava verbas públicas para o custeio de evento cultural tipicamente privado, sem amparo jurídico-administrativo. Assim, entendeu a Corte Suprema tratar-se de favorecimento a seguimento social determinado, incompatível com o interesse público e com princípios que norteiam a atuação administrativa, especificamente, o princípio da
- (A) presunção de legitimidade restrita.
 - (B) motivação.
 - (C) impessoalidade.
 - (D) continuidade dos serviços públicos.
 - (E) publicidade.
-
32. Manoel, servidor público e chefe de determinada repartição, emitiu certidão de dados funcionais a seu subordinado, o servidor Pedro. Passados alguns dias da prática do ato administrativo, Manoel decide revogá-lo por razões de conveniência e oportunidade. Cumpre salientar que o mencionado ato não continha vício de ilegalidade. A propósito dos fatos narrados, a revogação está
- (A) incorreta, pois somente caberia tal instituto se feito pela autoridade máxima do órgão ou entidade a que pertence Manoel.
 - (B) incorreta, pois somente caberia tal instituto se houvesse a concordância do servidor Pedro.
 - (C) correta.
 - (D) incorreta, porque o instituto adequado ao caso é a anulação.
 - (E) incorreta, porque certidão é ato administrativo que não comporta tal instituto.
-
33. Considere:
- I. O atributo da presunção de legitimidade dos atos administrativos depende de lei expressa.
 - II. A imperatividade significa que os atos administrativos são cogentes, obrigando a todos quantos se encontrem em seu círculo de incidência, ainda que o objetivo por ele alcançado contrarie interesses privados.
 - III. Em alguns atos administrativos, como as permissões e autorizações, está ausente o cunho coercitivo.
 - IV. A presunção de legitimidade dos atos administrativos é *juris et de jure*, ou seja, presunção relativa.
- No que concerne aos atributos dos atos administrativos, está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I, II e IV.
 - (B) III e IV.
 - (C) II e III.
 - (D) I e III.
 - (E) II.
-
34. Maria prestou concurso para cargo em empresa pública prestadora de serviços públicos, tendo sido aprovada e regularmente empossada ao cargo no ano de 2015. Maria
- (A) é considerada agente público para fins de incidência das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa.
 - (B) submete-se obrigatoriamente ao regime estatutário do servidor público, sendo, no entanto, o vínculo jurídico entre ela e a empresa pública de natureza contratual.
 - (C) não terá direito de exigir motivação em eventual ato de demissão.
 - (D) poderá acumular seu emprego com cargos ou funções públicas, não lhe sendo aplicável a proibição de acumulação prevista na Constituição Federal.
 - (E) está sujeita a todas as normas aplicáveis aos servidores públicos das autarquias, sem qualquer exceção.
-
35. Quanto à estrutura, os órgãos públicos podem ser classificados em simples, também denominados de unitários, e compostos. Acerca do tema, considere:
- I. São constituídos por um único centro de atribuições.
 - II. Possuem subdivisões internas.
 - III. São exemplos de tais órgãos, as Secretarias de Estado.
 - IV. São exemplos de tais órgãos, os Ministérios.
- No que concerne às características e exemplos de órgãos simples ou unitários, está correto o que se afirma APENAS em
- (A) I e IV.
 - (B) I e II.
 - (C) II e III.
 - (D) IV.
 - (E) I.



36. Caroline, servidora pública federal, sofreu penalidade de demissão após a conclusão de processo disciplinar. No entanto, pretende a revisão da decisão proferida, haja vista a existência de fatos novos, supervenientes ao julgamento e que comprovam a inadequação da penalidade aplicada. Para tanto, Caroline pleiteou a revisão do processo disciplinar. Nos termos da Lei nº 8.112/1990, o processo revisional
- (A) será julgado pela mesma autoridade que aplicou a penalidade.
 - (B) correrá nos mesmos autos do processo disciplinar originário.
 - (C) será julgado no prazo máximo de quinze dias contados do recebimento do processo.
 - (D) traz o ônus da prova compartilhado, ou seja, cabe à requerente e à Administração pública angariar elementos para evidenciar a inadequação da penalidade aplicada.
 - (E) não terá comissão para a condução do feito, ao contrário do que existe no processo disciplinar em que é constituída comissão composta por três servidores estáveis.
-
37. Francisco é Analista Judiciário de determinado Tribunal Regional do Trabalho e, em maio desse ano, pretende sair de férias, haja vista que terá preenchido os requisitos legais para tanto. A propósito do tema e nos termos da Lei nº 8.112/1990,
- (A) admite-se levar à conta de férias as faltas ao serviço, justificadas e não justificadas.
 - (B) Francisco fará jus a trinta dias de férias, que podem ser acumuladas, até o máximo de dois períodos, no caso de necessidade do serviço, ressalvadas as hipóteses em que haja legislação específica.
 - (C) as férias não poderão ser parceladas, sendo obrigatório o gozo do período inteiro das férias sob pena de responsabilidade do servidor.
 - (D) as férias não podem ser interrompidas, salvo única e exclusivamente por motivo de necessidade do serviço declarada pela autoridade máxima do órgão ou entidade.
 - (E) admite-se o gozo de férias antes de completado o primeiro período aquisitivo, isto é, antes de doze meses de exercício, iniciando-se novo período aquisitivo a partir do término do gozo das férias.
-
38. Determinado processo administrativo, de âmbito federal, foi iniciado a pedido da interessada Marta, sendo ela a titular do direito versado no processo. Durante a fase instrutória, a Administração fixou prazo para que Marta apresentasse documento necessário à apreciação do pedido formulado. Nos termos da Lei nº 9.784/1999, o não atendimento no prazo fixado pela Administração para a respectiva apresentação
- (A) implicará o arquivamento do processo.
 - (B) suspenderá o trâmite processual por sessenta dias, e, findo tal prazo, caso Marta não apresente o documento, será o feito obrigatoriamente extinto sem qualquer análise de mérito.
 - (C) implicará o imediato prosseguimento do feito, o qual será apreciado somente com o conjunto probatório constante nos autos do processo.
 - (D) acarretará a concessão imediata de prazo suplementar de cento e oitenta dias, a fim de que Marta apresente o documento.
 - (E) suspenderá o trâmite processual por trinta dias, e, findo tal prazo, caso Marta não apresente o documento, será o processo obrigatoriamente julgado em seu mérito.
-
39. Considere duas situações hipotéticas:
- I. o Congresso Nacional decide apurar a legalidade de ato administrativo praticado pelo presidente de autarquia federal;
 - II. o Congresso Nacional anulou ato normativo do Poder Executivo que exorbitou do poder regulamentar.
- No que concerne ao controle legislativo, especificamente ao controle político exercido pelo Poder Legislativo sobre a Administração pública,
- (A) ambas as hipóteses estão corretas.
 - (B) ambas as hipóteses estão incorretas, pois extrapolam os limites do controle legislativo exercido sobre os atos da Administração pública.
 - (C) está correta apenas a primeira hipótese; no item II, cabe ao Congresso tão somente sustar atos normativos do Executivo que exorbitem do poder regulamentar.
 - (D) está correta apenas a segunda hipótese; no item I, compete exclusivamente ao Congresso Nacional fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer das Casas, os atos do Poder Executivo, não abrangendo, no entanto, a administração indireta.
 - (E) ambas as hipóteses estão incorretas, pois foram citadas atribuições exclusivas do Senado Federal no exercício do controle legislativo.



40. A Administração pública promoveu licitação para registro de preços, e, homologado o resultado do certame, o fornecedor mais bem classificado foi convocado para assinar a ata de registro de preços no prazo e condições estabelecidos no instrumento convocatório. Durante a execução contratual, o preço registrado tornou-se superior ao praticado no mercado por motivo superveniente, razão pela qual o órgão gerenciador convocou o fornecedor para negociar a redução dos preços aos valores praticados no mercado. Nessa hipótese, de acordo com o Decreto nº 7.892/2013, o fornecedor
- (A) deve, obrigatoriamente, aceitar reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado.
 - (B) pode recusar-se a reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado, sendo liberado do compromisso assumido, sem qualquer penalidade.
 - (C) pode recusar-se a reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado, sendo liberado do compromisso assumido, mas sofrerá penalidade de multa, haja vista o desrespeito ao ajuste firmado, bem como aos princípios que norteiam as licitações.
 - (D) pode recusar-se a reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado, no entanto, não será liberado do compromisso assumido, sob pena de caracterizar rescisão unilateral do contrato administrativo pelo contratado.
 - (E) deve, obrigatoriamente, pleitear a liberação do compromisso e a consequente rescisão contratual, pois não se pode negociar preços já fixados na ata de registro de preços, devendo ser realizado outro procedimento licitatório para tanto.
-
41. Joaquim, diretor de autarquia estadual, contratou, sem concurso público, três pessoas para integrarem o quadro de servidores da mencionada entidade. Alguns meses após a contratação, o Ministério Público ajuizou ação de improbidade administrativa contra Joaquim, sob o fundamento de que foi frustrada a licitude de concurso público, pleiteando sua condenação pela prática de ato ímprobo que atenta contra os princípios da Administração pública. Ao longo do citado processo, restou demonstrado que Joaquim, de fato, frustrou a licitude de concurso público. Nos termos da Lei nº 8.429/1992,
- (A) a conduta praticada por Joaquim apenas configurará ato de improbidade administrativa se for comprovada a ocorrência de dano ao erário.
 - (B) o ato ímprobo praticado por Joaquim restará configurado mesmo que ausente o dolo, desde que presente a conduta culposa.
 - (C) está incorreto o enquadramento feito pelo Ministério Público, pois a conduta de Joaquim enquadra-se em outra modalidade de ato ímprobo, qual seja, ato ímprobo causador de prejuízo ao erário.
 - (D) está correto o enquadramento feito pelo Ministério Público, e, caso seja condenado, Joaquim estará sujeito, dentre outras cominações, à proibição de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de cinco anos.
 - (E) está correto o enquadramento feito pelo Ministério Público, e, caso seja condenado, Joaquim estará sujeito, dentre outras cominações, à suspensão dos direitos políticos de três a cinco anos.
-
42. Considere a seguinte situação hipotética: o Ministério Público do Estado do Mato Grosso ingressou com ação de improbidade contra o agente público Ricardo. Após analisar a defesa preliminar apresentada, o juiz determinou o prosseguimento do feito, com a consequente citação de Ricardo para o oferecimento de contestação. Nos termos da Lei nº 8.429/1992, o tema da inadequação da ação de improbidade
- (A) não poderá ser enfrentado pelo magistrado em outro momento processual, haja vista que já foi analisado por ocasião da análise da defesa preliminar.
 - (B) poderá ser enfrentado em qualquer fase do processo e, caso acolhido, importará em extinção do processo sem julgamento de mérito.
 - (C) poderá novamente ser enfrentado por ocasião da análise da contestação, último momento para enfrentar o tema.
 - (D) apenas poderá novamente ser enfrentado por ocasião da prolação da sentença, por ser o momento em que é devolvida ao magistrado a análise de toda a matéria discutida na demanda.
 - (E) poderá ser enfrentado em qualquer fase do processo e, caso acolhido, importará em extinção do processo com julgamento de mérito.
-
43. A União Federal pretende contratar instituição brasileira que exerce atividade de recuperação social do preso. Cumpre salientar que a instituição não tem fins lucrativos, sendo seu objetivo de caráter exclusivamente social. Além disso, é detentora de indubitável reputação ético-profissional. Nesse caso, conforme preceitua a Lei nº 8.666/1993, a licitação é
- (A) dispensável.
 - (B) obrigatória na modalidade convite.
 - (C) obrigatória na modalidade concurso.
 - (D) inexigível.
 - (E) obrigatória na modalidade tomada de preços.



44. No pregão, será facultado, nos termos de regulamentos próprios da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, a participação de bolsas de mercadorias no apoio técnico e operacional aos órgãos e entidades promotores da licitação, utilizando-se de recursos de tecnologia da informação. Nos termos da Lei nº 10.520/2002, as referidas bolsas de mercadorias
- (A) deverão estar organizadas sob a forma de sociedades de fins lucrativos e com participação plural de corretoras que operem sistemas eletrônicos unificados de pregões.
 - (B) poderão estar organizadas sob a forma de sociedades com ou sem fins lucrativos e com participação plural de corretoras que operem sistemas eletrônicos unificados de pregões.
 - (C) deverão estar organizadas sob a forma de sociedades de fins lucrativos e com participação unitária de corretora que opere sistema eletrônico unificado de pregões.
 - (D) deverão estar organizadas sob a forma de sociedades civis sem fins lucrativos e com a participação plural de corretoras que operem sistemas eletrônicos unificados de pregões.
 - (E) deverão estar organizadas sob a forma de sociedades civis sem fins lucrativos e com a participação unitária de corretora que opere sistema eletrônico unificado de pregões.
-
45. Considere a seguinte situação hipotética: a União Federal celebrou contrato administrativo com a empresa Obras S.A. para a construção de importante obra pública. Nos termos da Lei nº 8.666/1993, executado o contrato, o seu objeto será recebido, provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até
- (A) 5 dias da comunicação escrita ou verbal da contratada.
 - (B) 30 dias da comunicação escrita da contratada.
 - (C) 15 dias da comunicação escrita da contratada.
 - (D) 10 dias da comunicação escrita ou verbal da contratante.
 - (E) 45 dias da comunicação escrita da contratante.
-

Noções de Administração Pública

46. O processo organizacional compreende, entre as funções do administrador, aquelas consistentes em medir e corrigir o desempenho dos subordinados para assegurar que os objetivos e metas da organização sejam atingidos. Trata-se da atividade de
- (A) controle.
 - (B) planejamento.
 - (C) direção.
 - (D) comunicação.
 - (E) organização.
-
47. Suponha que determinada entidade integrante da Administração pública pretenda medir seu grau de excelência utilizando os conceitos, ferramentas e metodologias preconizados pela Fundação Nacional de Qualidade – FNQ. Tal pretensão afigura-se
- (A) viável apenas em se tratando de entidade sujeita ao regime jurídico privado, tais como empresas públicas e sociedades de economia mista.
 - (B) inviável, em face da colidência com os princípios constitucionais que regem a Administração pública.
 - (C) cabível, eis que o modelo da FNQ contempla adaptação para a gestão pública, com conteúdos específicos para cada critério.
 - (D) de difícil consecução, haja vista a não aderência dos fundamentos preconizados pela FNQ ao “estado da arte” na Administração pública.
 - (E) cabível apenas para fins de premiação, em caráter honorífico, para gestores públicos de destaque, não se aplicando para fins de avaliação da organização.
-
48. Entre os métodos tradicionais de avaliação de desempenho, se inclui o denominado Escolha Forçada, de acordo com o qual são
- (A) identificadas as deficiências de desempenho do avaliado e oferecidas a este algumas alternativas de aprimoramento, cabendo a escolha de ao menos uma.
 - (B) registrados os aspectos do comportamento do avaliado considerados extremos pelo avaliador, tanto negativos como positivos.
 - (C) comparados dois avaliados de cada vez, com a escolha daquele que é considerado pelo avaliador como o melhor para cada um dos aspectos requeridos.
 - (D) utilizados blocos de frases, devendo o avaliador escolher, obrigatoriamente em cada bloco, a frase que melhor se aplica ao avaliado.
 - (E) considerados todos os aspectos do desempenho do avaliado, elegendo-se, em cada etapa, a faceta a ser pontuada.
-



49. A teoria sustentada por Herbert Simon para explicar o processo decisório no âmbito das organizações, aponta, entre outros aspectos, dois tipos de decisões:
- (A) as previsíveis, que refletem o comportamento padrão da organização; e as inovadoras, tomadas em um ambiente de mudança comportamental.
 - (B) as autocráticas, tomadas pelo gestor sem participação dos envolvidos; e as participativas, decorrentes de processo de construção coletiva.
 - (C) as consensuais, que refletem o consenso na organização; e as individuais, tomadas pelo responsável pela solução de um problema isolado.
 - (D) as programadas, tomadas por meio de um conjunto de normas preestabelecidas; e as não programadas, que não comportam soluções padronizadas.
 - (E) as autônomas, construídas dentro da própria organização; e as consultivas, que envolvem a participação de agentes externos à organização.
-
50. Uma das classificações feitas pela literatura para distinguir as diversas teorias sobre a motivação no ambiente organizacional, corresponde às Teorias de Conteúdo, que procuram explicar
- (A) precipuamente o grau de correlação entre as recompensas oferecidas e a motivação para a sua consecução.
 - (B) os processos cognitivos do indivíduo, que influenciam seu comportamento e geram motivação.
 - (C) apenas os elementos objetivos que compõem a motivação, como salários e benefícios.
 - (D) os componentes da motivação comuns aos diferentes grupos sociais, e não os fatores individuais.
 - (E) quais fatores motivam as pessoas, dentro do indivíduo ou do ambiente que o envolve.
-
51. A cultura organizacional contempla o conjunto de valores e crenças que mantêm unidos os membros da organização e, por outro lado, produz perante a sociedade, através do conjunto de percepções, o que chamamos de imagem corporativa. Entre os níveis fundamentais da cultura apontados pela literatura, estão os denominados Pressupostos Básicos, que correspondem
- (A) aos valores da organização, traduzidos na filosofia e ideologia adotadas.
 - (B) aos aspectos formais e abertos da cultura organizacional.
 - (C) à moldura normativa da organização, que contempla os comportamentos esperados e os reprováveis.
 - (D) aos símbolos e ícones representativos da organização, facilmente observáveis.
 - (E) à camada mais profunda da cultura, composta por crenças, percepções e sentimentos.
-
52. O processo de Desenvolvimento Organizacional é composto de etapas sucessivas, tendo início a partir da colheita e análise de dados, partindo para sua interpretação e diagnóstico, para se chegar à fase de intervenção, que corresponde à implementação. Nesta última etapa, os agentes de mudança possuem à sua disposição diversas técnicas, direcionadas para cada membro da organização, individualmente, para equipes ou grupos, para relações intergrupais e para a organização como um todo. Constitui exemplo de técnica apropriada para o desenvolvimento do indivíduo:
- (A) retroação de dados.
 - (B) consultoria de procedimentos.
 - (C) reuniões de confrontação.
 - (D) treinamento da sensibilidade.
 - (E) desenvolvimento transacional.
-
53. Uma das definições de processo, no âmbito das organizações, é um conjunto de meios articulados de forma organizada para alcançar os resultados pretendidos. Entre as ferramentas utilizadas na gestão de processos se inclui o
- (A) feedback, para avaliar a aderência dos processos aos objetivos estratégicos da organização.
 - (B) diagrama de Pareto, para identificar o grau de maturidade dos processos.
 - (C) fluxograma, utilizado no mapeamento dos processos da organização.
 - (D) mapa estratégico, com a identificação dos desafios e oportunidades apresentados à organização.
 - (E) organograma, que corresponde à representação gráfica de todas as etapas de cada processo.
-
54. Alguns métodos de gerenciamento de projetos dão ênfase ao tempo de execução dos projetos, tais com o CPM – *Critical Path Method* e o PERT – *Program Evaluation and Review Technique*, sendo que o
- (A) CPM, assim como o PERT, são diagramas com quadrantes de tempo estimado de execução, porém utilizados em diferentes plataformas.
 - (B) CPM é probabilístico, enquanto o PERT é determinístico, porém ambos atingem os mesmos objetivos.
 - (C) CPM corresponde a um *workflow*, com a representação gráfica da sequência de atividades do projeto.
 - (D) PERT, diferentemente do CPM, consiste em um sistema informatizado de gerenciamento de projetos.
 - (E) PERT, diversamente do CPM, calcula o tempo de execução a partir da média ponderada das estimativas provável, pessimista e otimista.



55. O Núcleo Estatístico e de Gestão Estratégica, conforme disciplinado na Resolução nº 49, do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, possui caráter
- (A) permanente, subordinado ao Presidente ou ao Corregedor do respectivo Tribunal.
 - (B) não permanente, instalado a critério do Corregedor do respectivo Tribunal para auxiliá-lo em sua atuação.
 - (C) facultativo, constituído a critério do Presidente do respectivo Tribunal, que avalia sua efetiva necessidade.
 - (D) provisório, devendo ser substituído por órgão da estrutura do respectivo Tribunal a partir de 2018.
 - (E) permanente, subordinado, obrigatoriamente, à Presidência do respectivo Tribunal e vinculado, funcionalmente, ao CNJ.
-
56. Considere que determinada organização pretenda adotar o modelo de gestão por competências e tenha iniciado o referido processo com a seleção dos melhores profissionais disponíveis no mercado para ocuparem posições estratégicas. Com isso, objetiva a disseminação das competências individuais desses profissionais por toda a organização. A abordagem adotada
- (A) corresponde ao denominado mapeamento de competências, por meio do qual a organização pode também melhor definir as atribuições de cada cargo.
 - (B) não se coaduna com o modelo de gestão por competências, cuja primeira etapa consiste em identificar as competências técnicas e comportamentais necessárias para cada uma das atividades.
 - (C) mostra-se equivocada, pois a gestão por competências não se aplica ao alto escalão das organizações, mas apenas aos cargos que requerem competências técnicas.
 - (D) encontra-se superada, eis que atualmente são adotados instrumentos mais modernos de seleção de competências, como o grupo focal.
 - (E) é pertinente, desde que adotada, na etapa seguinte, o mapeamento das lacunas existentes na organização entre as competências adquiridas na seleção e aquelas anteriormente disponíveis na organização.
-
57. Constitui(em) característica(s) própria(s) e inovadora(s) do modelo gerencial de Administração pública, que o diferencia(m) dos outros modelos precedentes:
- (A) combate ao patrimonialismo.
 - (B) controle de resultados.
 - (C) formalização dos procedimentos.
 - (D) profissionalização do corpo técnico.
 - (E) hierarquia e meritocracia.
-
58. Nos últimos anos, diferentes conceitos, alguns oriundos da iniciativa privada, passaram a permear a atuação da Administração Pública, entre eles:
- I. Governança, que é sinônimo de governabilidade, e corresponde à legitimidade política.
 - II. Eficiência, relacionada com o uso racional e econômico dos insumos na produção de bens e serviços.
 - III. Efetividade, que diz respeito ao impacto final das ações e ao grau em que atinge os resultados almejados pela sociedade.
- Está correto o que se afirma APENAS em
- (A) II e III.
 - (B) I e II.
 - (C) I e III.
 - (D) III.
 - (E) II.
-
59. Um dos instrumentos disponíveis para a melhoria dos processos de uma organização é o Ciclo PDCA, com a padronização e a redução de erros. As etapas necessárias para aplicação de tal metodologia consistem em
- (A) promover a redução de fases; desenvolver estratégias; corrigir desvios e avaliar o desempenho dos envolvidos no processo.
 - (B) mapear os processos; desenvolver estratégias de ação; controlar os prazos de execução; avaliar os resultados obtidos.
 - (C) planejar; executar as atividades previstas no planejamento; verificar o grau de cumprimento do que foi planejado; identificar eventuais falhas e adotar ações corretivas.
 - (D) estabelecer metas; definir ações necessárias para atingimento das metas; avaliar o cumprimento das metas; redesenhar os processos.
 - (E) identificar os processos principais; planejar as atividades e tempos de execução; controlar a execução; agir para remover obstáculos.
-
60. Os estudos sobre liderança contemplam as denominadas Teorias Situacionais, entre as quais o Modelo de Fiedler, segundo o qual
- (A) a liderança deve ser baseada na troca, cabendo ao líder participativo o atendimento das necessidades dos subordinados.
 - (B) a eficácia da liderança depende da adequação do estilo do líder com o grau de maturidade dos subordinados.
 - (C) a liderança deve ser diretiva, cabendo ao líder deixar claro o que espera dos subordinados, propondo ações claras e objetivas.
 - (D) a eficácia gerencial está atrelada à manipulação correta da situação e não ao estilo ou personalidade do líder.
 - (E) o desempenho eficaz do grupo depende da combinação adequada entre o estilo de liderança do líder com os subordinados e o grau em que a situação dá o controle e a influência para o líder.



DISCURSIVA-REDAÇÃO

Instruções Gerais:

Conforme Edital publicado, capítulo 10: 10.3 Na Prova Discursiva-Redação, o candidato deverá desenvolver texto dissertativo a partir de proposta única, sobre assunto de interesse geral. 10.5 Será atribuída nota ZERO à Prova Discursiva-Redação que: a) fugir à modalidade de texto solicitada e/ou ao tema proposto; b) não atender aos critérios dispostos nos quesitos 10.3.1 – **Conteúdo**, 10.3.2 – **Estrutura** e 10.3.3 – **Expressão**. c) apresentar texto sob forma não articulada verbalmente (apenas com desenhos, números e palavras soltas ou em versos) ou qualquer fragmento de texto escrito fora do local apropriado; d) for assinada fora do local apropriado; e) apresentar qualquer sinal que, de alguma forma, possibilite a identificação do candidato; f) for escrita a lápis, em parte ou em sua totalidade; g) estiver em branco; h) apresentar letra ilegível e/ou incompreensível. 10.7 Na Prova Discursiva-Redação deverão ser rigorosamente observados os limites mínimo de 20 (vinte) linhas e máximo de 30 (trinta) linhas, sob pena de perda de pontos a serem atribuídos à Redação. 10.8 A Prova Discursiva-Redação terá caráter eliminatório e classificatório e será avaliada na escala de 0 (zero) a 100 (cem) pontos, considerando-se habilitado o candidato que nela obtiver nota igual ou superior a 50 (cinquenta) pontos.

Observação: NÃO é necessária e/ou obrigatória a colocação de título na sua Redação.

O populismo não é uma ideologia. É uma estratégia para alcançar e conservar o poder. E é surpreendente a popularidade de governos populistas num mundo onde se esperava que democracia, educação, tecnologia, comunicações e progresso social dificultariam seu êxito.

Os populistas costumam desprezar a ciência, os especialistas e os jornalistas, que, em alguns países, chegam a ser presos, uma vez que, tanto os cientistas quanto os jornalistas, produzem dados e documentam situações que costumam contrariar a narrativa que mais convém aos populistas. E, quando isso ocorre, nada melhor do que desqualificar o mensageiro.

(Adaptado de: NAÍM, Moisés. <http://internacional.estadao.com.br>)

A partir do comentário acima, escreva um texto dissertativo-argumentativo sobre o papel da livre circulação do conhecimento nos dias atuais.

01
02
03
04
05
06
07
08
09
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30